INDICAÇÕES RELATIVAS À APRESENTAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E CONTAS DE GERÊNCIA A VISTO

(Artº 33º, do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro)

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) devem apresentar os orçamentos e contas de gerência a “visto” (n.º 1 do artº 33º do Estatuto das IPSS). No caso das instituições registadas no Livro da Saúde, o “visto” será atribuído pelos competentes serviços (esta competência encontra-se em fase de reapreciação).

A elaboração das contas das IPSS é feita de acordo com o Plano Oficial de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (artº 2º, do Dec.-Lei n.º 78/89, de 3 de Março).

Para tanto, devem ser utilizados os impressos (originais ou cópias) da Imprensa Municipalista de Lisboa indicados em anexo.

Alternativamente aos impressos indicados, podem ser utilizados modelos informatizados, desde que forneçam a mesma informação que aqueles proporcionam.

Contudo, podem ainda ser utilizados programas de contabilidade, desde que se conformem aos critérios definidos no Plano Oficial de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O termo de abertura de **livro de actas**, obrigatório, e a respectiva selagem (de acordo com o Código Comercial e da Verba 13 da Tabela Geral do Imposto de Selo) deve ser efectuado no Serviço de Tesouraria, da Repartição de Finanças da área da sede da instituição.

IPSS

ORÇAMENTO

LISTA DOS IMPRESSOS A APRESENTAR

MODELO	DESCRIÇÃO
1015	Conta de Exploração Previsional Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos

1. *As importâncias rasuradas devem vir ressalvadas* em pé de página, rubricadas e autenticadas com o carimbo ou selo branco da instituição;
2. *Todos os modelos devem ser assinados e autenticados com o carimbo da instituição* -. No caso dos estatutos da instituição serem omissos quanto à forma de obrigação, a mesma fica obrigada com as assinaturas conjuntas de quaisquer 3 membros da Direcção ou com as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro (Artº 19º do Estatuto das IPSS).

Alternativamente ao modelo de impresso indicado, pode ser utilizado modelo informatizado, desde que forneça a mesma informação que aquele proporciona.

DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM

- Acta da reunião da Assembleia-Geral em que foi votado e aprovado o Orçamento e o parecer do Conselho Fiscal; (EXCEPTO FUNDAÇÕES E INSTITUTOS DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS)
- Plano de Actividades;
- Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Actividades e o Orçamento.

NOTA: Os Orçamentos devem ser enviados a “visto” até 31 de Janeiro de cada ano.

IMPRESSOS À VENDA:

Imprensa Municipalista
Rua Braancamp, N.º 84, 2º Dtº
1053 - 001 Lisboa
(telefone: 21 386 12 65)

Quinta do Nicho
2140 – 120 Chamusca
(Telefone: 249 760 263, Distrito de Santarém)

(À COBRANÇA PARA):

Imprensa Municipalista de Lisboa, Apartado 1132
1053 – 001 LISBOA

Imprensa Municipalista, Apartado 23
2140 – 120 CHAMUSCA

IPSS CONTAS DE GERÊNCIA

LISTA DOS IMPRESSOS A APRESENTAR

MODELO	DESCRIÇÃO
1031	Demonstração dos resultados líquidos do exercício
1035	Balanço do exercício
1036	Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado (activo bruto) no exercício
1037	Movimentos ocorridos nas amortizações e provisões das rubricas do activo immobilizado no exercício
1038	Resultado por valências
1039	Resultados de outras actividades
1040	Demonstração das variações dos fundos circulantes e origem e aplicação de fundos (facultativo)
1041	Demonstração dos resultados extraordinários
1042	Capa
1043	Desdobramentos das Contas de Provisões acumuladas e seus movimentos ocorridos no exercício
1044	Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do exercício
1045	Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
1046	Número médio de utentes e de pessoas ao serviço da instituição repartido por valências no exercício

1. **As importâncias rasuradas devem vir ressalvadas** em pé de página, rubricadas e autenticadas com o carimbo ou selo branco da instituição;
2. **Todos os modelos devem ser assinados e autenticados – com o carimbo da instituição** -. No caso de os estatutos da instituição serem omissos quanto à forma de obrigação, a mesma fica obrigada com as assinaturas conjuntas de quaisquer 3 membros da Direcção ou com as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro (Artº 19º do Estatuto das IPSS).

Alternativamente aos modelos de impressos indicados, podem ser utilizados modelos informatizados, desde que forneçam a mesma informação que aqueles proporcionam.

DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM

- Acta da reunião da Assembleia-Geral em que foi votada e aprovada a Conta de Gerência e o Parecer do Conselho Fiscal;
(EXCEPTO FUNDAÇÕES E INSTITUTOS DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS)
- Relatório de Actividades;
- Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório de Actividades e Conta de Gerência.

NOTA: As Contas de Gerência devem ser enviadas a “visto” até 30 de Abril de cada ano.

**INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
E
INSTITUIÇÕES COM DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA NOS
TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 460/77, DE 7 DE NOVEMBRO**

ISENÇÃO DE IRC

Estão isentas de IRC (Imposto sobre Rendimento Comercial), ao abrigo do artº 10º, Capítulo II – Isenções, do respectivo Código, pela redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 60 – A/2005, de 30 de Dezembro:

- as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

As instituições registadas nos termos do artº. 7º., do Decreto-Lei 119 /83, de 25 de Fevereiro, adquirem automaticamente a natureza de pessoas colectivas de utilidade pública.

As instituições que tenham obtido o estatuto de utilidade pública, junto da Presidência do Conselho de Ministro, nos termos do Decreto-Lei nº. 460/77, de 7 de Novembro e *que queiram requerer isenção de IRC*, ao abrigo da alínea c) nº. 1 do artº 10º, Capítulo II – Isenções, do Código do IRC, pela redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 60 – A/2005, de 30 de Dezembro, devem, em concordância com o que dispões o nº. 2 do mesmo artigo, dirigir requerimento ao Ministro do Estado e das Finanças acompanhado de:

- Cópia dos estatutos da instituição;
- Cópia da publicação em Diário da República da declaração de utilidade pública (ou declaração emitida pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros);
- Certidão comprovativa da inscrição no Registo Comercial como pessoa colectiva de utilidade pública;
- Cópia do cartão de identificação fiscal;

A isenção é reconhecida por despacho do Ministro do Estado e das Finanças, publicado em Diário da República.

Os requerimentos podem ser entregues nas Repartições de Finanças da área da sede da instituição ou ser enviados directamente para a Direcção de Serviços do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, na Av. Engº Duarte Pacheco, n.º 28, 7º, 1099 – 013 LISBOA.

Telefone: 21 383 42 00

Fax: 21 383 45 93

Email: irc@dgei.min-financas.pt